

BOLETIM 49 - EDIÇÃO ESPECIAL
Brasília, 25 de janeiro de 2016

Mazinho defende a construção civil como porta de saída da crise e diz que “a leniência não pode estar a serviço da impunidade!”

Nesta edição especial do **BOLETIM CONTRICOM**, publicamos, na íntegra, entrevista do presidente da CONTRICOM e vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Brasil – NCST, Francisco Chagas Costa – Mazinho (foto), que analisa a crise da construção civil e da economia em geral e suas soluções, bem como os chamados “acordos de leniência” previstos em recente Medida Provisória editada pelo governo na presença de sindicalistas, empresários e demais segmentos da sociedade.

Acordo de leniência é aquele em que uma empresa envolvida em algum tipo de ilegalidade denuncia o esquema e se compromete a auxiliar um órgão público na investigação e na recuperação dos recursos desviados, podendo receber algumas compensações, mas não de natureza penal ou processual.



Mazinho acompanhou toda discussão em torno da medida provisória, no fórum das Centrais Sindicais e com os empresários, e em reuniões com representantes do próprio governo.

Diante da repercussão junto aos órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União, da MP 703/15, e das críticas que a medida, da forma que foi formulada e encaminhada ao Congresso Nacional, está recebendo de diversos setores da sociedade, especialmente da área jurídica, Mazinho afirma que “a leniência, prevista na Medida Provisória, não pode estar a serviço da impunidade”.

O presidente da CONTRICOM lembrou, ainda, que o governo, pela Constituição, não poderia tratar de matéria penal ou processual, pois trata-se de competência do Legislativo, como, na sua opinião, “não poderia deixar o Tribunal de Contas com papel secundário no processo de análise dos pedidos de leniência. E foi isso que aconteceu ao prever, na MP, que o governo apenas encaminharia os acordos feitos com as empresas ao TCU”.

Veja, na íntegra, a entrevista.

Como o sr. avalia o atual cenário econômico para os trabalhadores da construção civil?

Mazinho – É crítica e grave a situação do mercado de trabalho da construção civil. Em todo país, em todas as regiões, o desemprego é alarmante, principalmente onde a indústria da construção é mais dinâmica. Pelos dados oficiais, o Brasil perdeu pouco mais de um milhão e meio de empregos em 2015. Pois bem, pelo menos um terço desses empregos pertencia à construção civil. Acredito que esse número é ainda conservador. Entidades do setor já avaliaram que perdemos cerca de 650 mil empregos. Esse é o resultado de uma economia que só anda na marcha a ré. A previsão é de que o PIB nacional tenha encolhido quase 4% em 2015. É muita coisa para um país das dimensões e das potencialidades, físicas e humanas, do Brasil.

O que fazer diante desse cenário?

Mazinho – Primeiramente, não esmorecer diante da crise. Estou no segmento há décadas e nunca vi nada igual, portanto, é necessário saber enfrentar situação tão desfavorável e o primeiro passo é não desistir, acreditar nos trabalhadores, aprofundar a sua unidade e mobilização e preparar as entidades, em todos os níveis, para buscar soluções de curto, médio e longo prazo. No ano passado, tivemos um fato de maior importância, que foi a união dos trabalhadores, através das Centrais Sindicais, com as organizações empresariais em torno de uma agenda mínima para a recuperação da economia nacional e a retomada da empregabilidade.



Emprego na construção foi um dos mais afetados pela crise

Mas e o governo, está sendo sensível a essa pauta?

Mazinho – Infelizmente, até o momento, a boa vontade demonstrada nas reuniões que tivemos com a presidente Dilma e com os seus ministros da área econômica e do Trabalho não resultaram em iniciativas capazes de debelar essa situação, ao contrário, o que vemos é o seu agravamento a cada dia, principalmente diante da crise política que alimenta continuamente a crise econômica e social e vice-versa, e, também, diante dos sucessivos escândalos que atingem grandes empresas e importantes políticos do país.

“

Infelizmente, até o momento, a boa vontade demonstrada nas reuniões com o governo, com a presidente e seus ministros, não resultou em iniciativas capazes de debelar a crise.

Que medidas são essas?

Mazinho – Em primeiro lugar, o governo tem recuperar a sua credibilidade. Não consigo imaginar mais três anos com uma presidente com os atuais índices de aprovação. O país não suporta. E a credibilidade será recuperada com fatos concretos e não com palavras. Será recuperada com o resgate da harmonia principalmente com o Poder Legislativo que, no Brasil, embora presidencialista, tem um papel chave no processo democrático. Sem isso, as medidas mais fantásticas não terão o efeito desejado.

Na área econômica, especificamente, o que precisa ser feito para o país voltar a crescer?

Mazinho – São muitas as medidas indispensáveis, algumas delas defendidas pelas Centrais e já apresentadas ao governo. Vou me ater àquelas que considero essenciais. Primeiro, o governo tem que reduzir seus gastos em áreas consideradas secundárias da administração pública. Ainda temos muitos ministérios e órgãos absolutamente inúteis. Mesmo que o impacto seja pequeno no aspecto econômico, o exemplo é importante. Outra medida igualmente necessária é a redução dos juros da dívida pública. Só em 2015, foram R\$ 450 bilhões, quase o orçamento da Previdência Social, na administração dos títulos do governo que estão, basicamente, nas mãos dos bancos, rentistas e fundos, nacionais e internacionais. É muito dinheiro. Temos a maior taxa de juros do mundo. Por isso, não sobra dinheiro prá nada. Está aí a situação dramática da saúde pública, das escolas, da segurança, e até os programas sociais já começaram a ser cortados por



Como em 2015, os trabalhadores continuarão mobilizados

conta da pressão dos juros sobre o orçamento. Já reduziram os recursos do programa “Minha Casa, Minha Vida”, o que afetou fortemente o mercado da construção civil, e de outros programas importantes. Ou seja, o governo tem que economizar a “qualquer custo” e fazer o chamado “superávit primário” para pagar juros. E tudo sob o pretexto de controlar a inflação, que já passou de 10%. Mas a inflação está sendo provocada, principalmente, pelo impacto das tarifas administradas pelo governo e pela valorização do dólar, que encarece nossas importações. E, embora a realidade já tenha demonstrado que juro alto, no Brasil, hoje, não combate a inflação, pois a nossa inflação não é de demanda, a equipe econômica insiste por esse caminho que está provocando uma brutal recessão e desemprego.

”

Só em 2015, foram R\$ 450 bilhões só no pagamentos dos juros da dívida.

Por isso, não sobra dinheiro prá investimento, emprego, saúde, escolas, segurança e para os programas sociais.



O que mais poderia ser feito?

Mazinho – Outra medida seria controlar o câmbio, pois o Brasil, em pleno terceiro milênio, tem uma relação de troca ainda muito desfavorável com as economias de outros países, principalmente as nações centrais. Você veja que ainda exportamos minério de ferro e compramos o aço laminado fabricado lá fora com alto valor agregado, isso sem falar em outras valiosas matérias primas comercializadas a preço de banana, como as que saem lá da nossa Amazônia, para se tornarem produtos industriais que importamos no momento seguinte. E, precisamos, ainda, retomar o investimento público, sem o que não haverá investimento privado. O carro chefe da nossa economia, do nosso crescimento, historicamente, sempre foi o investimento público e esse está num dos patamares mais baixos da nossa história. Estamos perdendo a nossa poupança, por conta do endividamento das famílias, provocado pela inflação e a perda do poder aquisitivo dos salários, e recuando a níveis medíocres de investimento, o que afeta profundamente a construção civil, porque as grandes obras de infraestrutura, nas áreas de transporte, mobilidade, energia e telecomunicações, para citar apenas os mais dinâmicos e demandados pela sociedade, dependem desses recursos e estão paradas. Existem obras do PAC 1, ainda do governo Lula, pasmem, que ainda não foram concluídas. Com isso, a indústria, principalmente, está sendo muito sacrificada.

Ou seja, a indústria está perdendo força?

Mazinho – A desindustrialização é um dos fenômenos mais perversos que verificamos em alguns países em desenvolvimento, mas,

principalmente no Brasil. Um emprego na indústria exige anos de investimento humano, econômico e tecnológico. Pois bem, para destruir um desses empregos, basta uma canetada de um burocrata qualquer da Esplanada dos Ministérios, que pouco entende da economia real, aquela do chão da fábrica, do canteiro de obras, da loja ou do campo. Mas, para reconstruir esse emprego, são necessários alguns anos. E a destruição da indústria está sendo acompanhada de um outro fenômeno, igualmente negativo: a desnacionalização. Quantas empresas, nos mais diversos ramos da economia, diante da crise financeira, ou estão fechando suas portas ou estão sendo adquiridas a preço vil por corporações estrangeiras. Isso também é muito ruim, pois os brasileiros vão perdendo o controle sobre sua economia, sua produção, os preços das mercadorias, enfim, sobre os rumos da atividade econômica, na medida em que essas decisões vão sendo tomadas fora do nosso país. Agora, mesmo, vimos a notícia de que a grande rede varejista Wall Mart fechará várias lojas em todo mundo e a maior parte delas no Brasil. São pais de família que perdem seus empregos e isso vai virando uma bola de neve que não tem fim. E o que é pior: eles não conseguem ver nenhuma perspectiva de futuro. É desalentador e, até, deprimente.

“

Um emprego na indústria exige anos de investimento... Pois bem, para destruir um desses empregos, basta uma canetada de um burocrata qualquer, que pouco entende da economia real...



E que papel a construção civil pode cumprir diante desse cenário?

Mazinho – A construção civil sempre foi a porta de entrada e de saída das crises no curto prazo. Isso, por uma razão muito simples: é o setor que está conectado a toda uma cadeia produtiva muito dinâmica. Quando você para uma obra, seja ela familiar, empresarial ou governamental, em qualquer nível, primeiro, você deixa de empregar uma mão de obra que ainda é abundante no país; segundo, você deixa de comprar uma série de produtos que compõem uma rede produtiva da maior importância. Se o governo quer retomar a empregabilidade e recuperar os empregos perdidos, a construção civil representa uma solução de curto prazo. O enfrentamento dessa crise na construção vai significar, também, a recuperação da própria engenharia nacional, considerada uma das mais avançadas do mundo, que foi muito afetada por essas dificuldades. Agora, infelizmente, o que nós vemos é que a indústria como um todo está muito sacrificada e perdendo seu espaço na economia, o que é muito ruim, pois um país que não tem a indústria como carro-chefe está fadado ao subdesenvolvimento econômico e social. Nossa indústria já chegou a representar um terço do PIB, hoje, é pouco mais de 10%. É um retrocesso muito grande...

O que poderia ser feito, de imediato, para que o setor da construção seja reativado?

Mazinho – Muitas coisas. Menos juros e impostos; mais crédito desburocratizado e barato. Mais investimento nas grandes, médias e pequenas obras que o país está precisando em diversas áreas de atuação. Para isso, defendemos,

recentemente, no Fórum de Desenvolvimento, coordenado pelo ministro do Trabalho, a reativação imediata da *Mesa Permanente Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção e do Mobiliário*, que já tratou dos assuntos da construção e que estava sendo coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República. A proposta foi apoiada e aprovada por todos os presentes, mas, infelizmente, ainda não saiu do papel. Todos os assuntos do setor, que é estratégico para o país sair da crise, poderiam ser tratados nessa *Mesa*, como já foram no passado.

“

A construção civil sempre foi a porta de entrada e de saída das crises no curto prazo em nossa economia, pois está conectada a toda uma cadeia produtiva muito dinâmica. Por isso, defendemos a reativação imediata da Mesa Permanente Compromisso Nacional para Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção e do Mobiliário. O setor da construção é estratégico para o país sair da crise, voltar a crescer e recuperar a empregabilidade

Como o sr. vê a postura do governo diante desse quadro?

Mazinho – O que vemos é muita passividade diante dessa situação que atinge em cheio a nossa indústria, principalmente a da construção civil, e os demais segmentos da sociedade, como também uma inércia diante dessas corporações poderosas que vão quebrando ou incorporando as pequenas e médias empresas e até as grandes nacionais. Estamos vendo isso na construção civil. Quantas empresas, especialmente pequenas e médias, já fecharam suas portas por falta de obra, por falta de crédito ou pelo crédito muito caro, pelos encargos tributários elevados? O governo poderia, por exemplo, adotar uma política ousada de compras governamentais e de investimentos através do BNDES voltados para as pequenas e médias empresas do país que são as que mais empregam, geram renda e, conseqüentemente, impostos. Infelizmente, o que vemos é uma política na contramão disso que estou falando.

As reformas defendidas pelo governo, como a da Previdência, podem ser uma solução?

Mazinho – O governo parece ter encontrado na reforma da Previdência e na CPMF as duas soluções para todos os males do país, como se, num passe de mágica, ao aprovar essas duas matérias, todos os nossos problemas estariam resolvidos. Primeiro, a reforma previdenciária apregoada está restrita a pontos que reduzem ou eliminam direitos. A idade mínima, por exemplo. Sua instituição, hoje, para homens e mulheres, atingiria exatamente os trabalhadores mais humildes e pobres desse país que precisaram começar a trabalhar mais cedo, pois ou tinham que se virar por conta própria ou ajudar na renda familiar. São esses que serão penalizados, não os que puderam fazer o seu curso profissionalizante ou a sua faculdade e contaram com o apoio da família e só ingressaram no mercado de trabalho mais tarde. Portanto, os mais sacrificados serão os que mais precisam..

“



A reforma da previdência vai continuar presente nas ruas

Muitos trabalhadores, inclusive na construção civil, pela nova regra que o governo quer instituir na reforma da Previdência, a chamada idade mínima, e que precisaram começar a trabalhar mais cedo e não tiveram condições de se aperfeiçoar profissionalmente, quando tiverem direito à aposentadoria já estarão à beira da morte!



Como isso se reflete na construção civil?

Mazinho – Na construção civil, são milhares nessa situação que, infelizmente, não tiveram a oportunidade ainda de se aperfeiçoar profissionalmente. Esses, quando tiverem o direito de se aposentar com o teto do benefício da previdência, já estarão à beira da morte! Pergunto: prá esses, que são a grande maioria, prá que servirá a aposentadoria? Além do mais, a ANFIP, que congrega os fiscais da previdência, já demonstrou que a previdência social, isoladamente, não é deficitária no país. Passa a ser deficitária quando são inclusos os gastos com a seguridade, que é uma questão de justiça social. O regime da Previdência Social consagrado no capítulo da seguridade social, junto com o Sistema Único de Saúde, o SUS, talvez representem as maiores conquistas sociais do Brasil moderno. Pois são exatamente essas conquistas que estão sendo ameaçadas por uma política econômica cuja lógica tem sido, nos últimos anos, o ajuste fiscal para pagar juros, o corte de direitos e conquistas e o aumento de impostos, como se vê agora na tentativa desesperadora de reimplantar a CPMF.. E, tudo isso, vem de um governo que sempre se autodenominou como dos trabalhadores.. É um absurdo e é isso que a sociedade não aceita.

“

Muitas conquistas estão sendo ameaçadas por uma política econômica cuja lógica nos últimos anos tem sido o ajuste fiscal para pagar juros, o corte de investimentos e o aumento de impostos.

E os acordos de leniência, não ajudariam a solucionar a crise?

Mazinho – Desde o primeiro momento, em todos os fóruns dos quais participei, com as demais representações de trabalhadores, com o governo e com os empresários, defendi a adoção dos acordos de leniência, que, aliás, antes mesmo do governo pensar em editar uma medida provisória, já eram previstos na chamada “Lei Off”. Ali, o governo já teria os elementos necessários para promover os acordos de leniência.

Mas como fazer isso diante de tantas empresas envolvidas em ilicitudes?

Mazinho – Veja, a lei, à época, foi feita exatamente para enfrentar essas situações excepcionais. Mas o texto da lei anterior jamais falou em isentar empresas envolvidas em irregularidades, cujos proprietários e executivos estão respondendo processos penais, como essas denunciadas no inquérito do Petrolão.

Diante disso, como o sr. avalia a medida provisória do governo?

Mazinho – Como vice-presidente da Nova Central participei de todo debate com as demais centrais e organizações empresariais sobre a importância da regulamentação dos acordos de leniência. Aliás, abro um parêntese, para afirmar que talvez isso nem fosse necessário, pois, com base na Constituição, na Lei Orgânica do TCU e na própria Lei 12.846/2013, a lei anti-corrupção, o Tribunal já havia tratado o assunto. O que vimos, após a edição da medida provisória, em solenidade da qual participamos, foi uma enxurrada de críticas endereçadas por diversas

instituições, como o próprio TCU, o Ministério Público e a OAB, na medida em que esse procedimento anterior foi inteiramente atropelado pela MP 703. O que dizia esse procedimento adotado pelo TCU? Vou ler: “§ 1º Em cada uma das etapas para fechamento do acordo o Tribunal de Contas irá emitir pronunciamento conclusivo quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados.” “§ 2º Para cada caso de acordo de leniência será constituído no Tribunal um processo de fiscalização, cujo relator será definido por sorteio”, de acordo com a Instrução Normativa nº 74/2015, do TCU. Por essa Instrução, qualquer questão que envolva “reparação de dano ao erário é ato administrativo sujeito à jurisdição do Tribunal de Contas da União” e “a jurisdição própria e privativa do Tribunal abrange qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda”.

“

A leniência não pode estar a serviço da impunidade. (...) O que queremos é defender o emprego dos trabalhadores que não têm responsabilidade pelas irregularidades praticadas pelas grandes empresas - e para que elas possam retomar suas atividades dentro da lei, sem a prática recorrente do superfaturamento de obras e da corrupção de agentes públicos.



O TCU se sentiu afrontado com a edição da MP 703

Mas a MP do governo não considera isso?

Mazinho – Para mim, a situação é muito clara. Realmente, a presidente Dilma, ao assinar a MP 703, falou que estava aperfeiçoando a legislação vigente, mas o fato de ignorar o Tribunal de Contas e de se enveredar por questões penais e processuais, competência do Legislativo, deixou a iniciativa do governo muito vulnerável, tanto é que já estão falando em retirar a medida e enviar outra. Nós defendemos a uso dessa legislação, a anterior ou a nova, aperfeiçoada, por uma razão muito simples: os trabalhadores dessas empresas envolvidas em irregularidades não tem nenhuma responsabilidade pelos atos das empresas e de seus executivos, que estão sendo alvo das investigação. Precisamos defender esses empregos e recuperar os que foram perdidos e isso só acontecerá se essas empresas voltarem a funcionar, mas isso, obviamente, sem prejuízo das ações de natureza jurídica que atingem os que praticaram atos ilícitos e irregularidades e que resultaram em bloqueio de bens e outras penalidades.



A Advocacia Geral da União diz que a MP tem força de lei?

Mazinho – É verdade, mas essa é uma análise simplista. Toda MP realmente tem força de lei e presunção de constitucionalidade, como diz a AGU, mas, se toda MP pudesse contrariar a Constituição, prá que Constituição? Prá que, em última instância, Estado de Direito? É exatamente a legalidade e a presunção de constitucionalidade da MP 703 que está sendo contestada. Se o governo pudesse tornar qualquer coisa legal por medida provisória - apenas porque elas têm “força de lei” - não seriam necessárias as outras instituições. Pela argumentação do governo, a MP é legal porque é uma medida provisória... Com isso, tem gente afirmando que a AGU equiparou as medidas provisórias aos atos institucionais da ditadura, que não precisavam ser constitucionais ou legais porque “legitimavam a si mesmos”. Mas isso, infelizmente, só mostrou que a MP 703, da forma que foi editada, veio apenas para favorecer aquelas empresas que a medida deveria contemplar para, no essencial, assegurar o seu funcionamento normal e regular e garantir os empregos ainda existentes e a recuperação dos que já se perderam.

“

Ao tentar beneficiar as grandes empresas que se envolveram em escândalos, em nome de uma “segurança jurídica”, o governo dá um péssimo exemplo.

Com isso a MP não atingiu o objetivo inicialmente almejado...

Mazinho – Exatamente. A leniência não pode estar a serviço da impunidade. É por isso que já estão chamando a MP 703 de “MP da impunidade”. Não é o que queremos. Queremos que essas empresas retomem suas atividades, mas dentro da legalidade, das normas da boa economia, sem a prática, muito recorrente, do superfaturamento do valor das obras e das vendas de equipamentos, enfim, do uso sistemático do sobrepreço e dos acordos cartelizados, que prejudicam o erário público e que, em última instância, só servem para corromper agentes políticos, como ficou evidente na *Lava-Jato*.

E as implicações jurídicas da MP?

Mazinho – Como eu disse, a MP 703 já está sendo muito questionada, até porque, ao tentar, e ainda ao arrepio da Lei maior, beneficiar as empresas que se envolveram em grandes escândalos, em nome de uma “segurança jurídica”, o governo dá um péssimo exemplo. Como fica o trabalhador comum ou o pequeno ou médio empresário que se envolveu numa irregularidade e não terá o benefício que o grande, esse envolvido no Petrolão, terá, pela forma que o governo quer tratar o assunto. Isso é o mesmo que dizer que só não terá direito a essa “segurança jurídica” o cidadão brasileiro que não é dono de grande empreiteira, integrante de cartel ou monopólio, que não subornou ninguém para roubar a Petrobrás, que não alimentou campanhas eleitorais com dinheiro de obras superfaturadas. Ou seja, é como dizer que só os grandes que se envolveram nessas práticas terão esse privilégio e os pequenos não. Isso, além de flagrantemente

inconstitucional, não é nada republicano. O procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas junto ao TCU, afirmou que a MP 703 é “uma aberração jurídica, ilegal, inconstitucional e atentatória às instituições do país.” Não precisamos dizer mais nada...

Como sair dessa situação?

Mazinho – Creio que a melhor solução é a retirada imediata da MP 703 e a edição de outra, sem os equívocos da anterior, ou considerar a norma do TCU como suficiente, com base na legislação anticorrupção e na *Lei Off* em vigor, para implementar a leniência, que, repito não pode servir para favorecer ninguém, em qualquer sentido. Todos tem que pagar pelo que fizeram. É assim que acontece com o mais humilde dos brasileiros e é assim que tem que acontecer também com os grandes. Acho que a operação *Lava-Jato*, além de defender a Petrobrás, um símbolo do nosso desenvolvimento soberano, está tendo o mérito de instituir um novo parâmetro jurídico no país, ou seja, não importa o tamanho e a importância do roubo e do ladrão: todos têm que pagar pelo que fizeram perante a lei e a Justiça. O Brasil será outro depois desses fatos. Certamente, melhor. Na política, mais limpo; na economia, mais desenvolvido; na sociedade, mais justo. É o que esperamos - e pelo que continuaremos lutando.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)



Momento histórico: em 2015, Centrais Sindicais e empresários lançaram, em São Paulo, na presença de mais de 1000 trabalhadores, o documento Compromisso Pelo Desenvolvimento. Mazinho, que representou a Nova Central, na foto, é o primeiro à esquerda

“

A operação Lava Jato, além de defender a Petrobrás, símbolo do nosso desenvolvimento soberano, instituirá um novo parâmetro jurídico no país, ou seja, não importa o tamanho e a importância do roubo e do ladrão: todos têm que pagar pelo que fizeram.. O Brasil será outro depois dela. Certamente, melhor. Na política, mais limpo; na economia, mais desenvolvido; na sociedade, mais justo. É o que esperamos - e pelo que continuaremos lutando.

”